

V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica
23 a 25 de julho de 2017

Grupo de Trabalho: GT08 História do ensino de sociologia no Brasil

**A LUTA HISTÓRICA PELA SOCIOLOGIA NA ESCOLA E A CONSTRUÇÃO
DA ABECS**

Thiago Ingrassia Pereira
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resumo:

O percurso curricular da Sociologia na Educação Básica aponta para sua intermitência, desafiando a criação e o desenvolvimento de uma comunidade científica atuante em debates políticos e pedagógicos nesta área do conhecimento. Contudo, o contexto de diálogos e articulações após a Lei Federal 11.684/2008 sinalizou a necessidade do aprofundamento de espaços de discussão nos quais a Sociologia Escolar fosse o tema principal. Nesse sentido, este trabalho procura reconstituir as justificativas, objetivos e desafios que permitiram a construção da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), entendida como agremiação inserida na luta política pela inclusão e desenvolvimento da disciplina de Sociologia na Educação Básica. Por meio da análise de documentos da entidade e de revisão bibliográfica pertinente, busca-se reconstruir este contexto, seus atores e posicionamentos, identificando aspectos que tornam relevante este espaço inovador. Sugere-se que a ABECS é parte de um esforço coletivo que brota da necessidade histórica de uma nova dinâmica não apenas acadêmica, mas, sobretudo política e de comunicação, inserindo-se em espaços virtuais com potencial dinâmico e mobilizador.

Palavras-chave: Sociologia escolar. Mobilização política. ABECS.

1 Primeiras Palavras

Em um momento histórico de nova ofensiva contra o caráter obrigatório da disciplina de Sociologia no Ensino Médio¹, em que se observam indefinições acerca deste componente curricular e da própria natureza da etapa final da Educação Básica brasileira, resgatar a história do ensino de Sociologia, seus atores, contradições e novas possibilidades de trabalho coletivo é parte de um movimento que encontra duas direções básicas.

A primeira direção aponta para a compreensão de uma área do conhecimento (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) que encontra dificuldades históricas na afirmação de seu ensino no âmbito escolar. Por isso, ainda é pertinente examinarmos o percurso curricular da Sociologia, percebendo que sua intermitência é fruto de contextos políticos e da burocracia educacional (MORAES, 2011).

¹ A chamada “Reforma do Ensino Médio” promovida pelo Governo de Michel Temer, que assume após polêmico processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, inicia-se via Medida Provisória (MP 746/2016) e materializa-se na Lei nº 13. 415, de 16 de fevereiro de 2017. Em relação à disciplina de Sociologia, esta Lei, em seu Art. 3º § 2º, prevê que “a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. Percebe-se que a nova legislação apresenta retrocesso em relação à Lei nº 11.684/2008, que previa a obrigatoriedade da disciplina e não de “estudos e práticas”.

Tendo presente esta intermitência, a segunda direção nos incita a observar a construção de espaços de resistência, militância e produção acadêmica acerca da presença curricular obrigatória da Sociologia na Educação Básica e, particularmente, no Ensino Médio. Nesse sentido, o foco deste trabalho recai na construção da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), como parte de um contexto de afirmação do ensino de Sociologia como campo acadêmico e espaço de militância.

A partir da análise dos documentos fundantes da entidade e de revisão bibliográfica pertinente, pretende-se compreender seus atores e posicionamentos, identificando aspectos que tornam relevante este espaço inovador. Este trabalho é um recorte reconstitutivo de momentos que explicam a criação da nova entidade, sendo parte de um projeto² mais amplo em andamento de registro e análise desses tempos fundantes da ABECS.

2 Textos e contextos do ensino de Sociologia no Brasil

O trabalho com a memória institucional é um campo de reflexões historiográfico que abarca o registro de experiências a partir dos sentidos que lhes são atribuídos por seus atores. Por isso, “a memória exerce uma importante função na vida dos indivíduos. Como só se registra aquilo que é marcante, o que realmente toca os sentidos, ela é carregada de emoções” (BARBOSA, 2013, p. 4).

Ao assumir que somos um “corpo consciente” (FREIRE, 2006) no qual a razão e emoção estão em relação dialética perpassando a tomada de consciência, instaura-se a necessidade da “vigilância epistemológica” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1990) na (re)construção de fatos que fornecem os elementos que servirão de base à narrativa.

Em certo sentido, procedemos a partir de noções que procuram “estranhar o familiar”, nos termos de Gilberto Velho (1978). Assim, os

² A memória institucional da ABECS está sendo registrada a partir de suas atas, estatuto, anais de Congressos e notícias publicadas em seus canais de comunicação (*site*: <http://www.abecs.com.br/>; e rede social: <https://www.facebook.com/abecsnacional/>). Além disso, apresenta-se, em parte, no dossiê da *Revista Inter-Legere* (UFRN), publicado por ocasião do II Congresso Nacional da entidade em 2016 (disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/issue/view/595>>. Acesso em: 05 jul 2017) e nas edições de seu periódico *Cadernos da ABECS* (disponível em: <<http://abecs.com.br/revista/>>. Acesso em: 05 jul 2017), com o primeiro número a ser lançado agora no início do segundo semestre de 2017.

argumentos dispostos neste trabalho estão situados nas vivências e interpretações de seu autor que também é um ator neste processo acadêmico e militante pela Sociologia escolar.

Ao estudarmos o percurso histórico da Sociologia nos currículos escolares no Brasil, percebemos como sua intermitência criou inseguranças e dicotomias em relação ao ensino e formação de professores(as) da área. Um desdobramento visível deste cenário é a histórica fragilidade do trabalho coletivo entre a comunidade acadêmica e escolar da área de Ciências Sociais. Mesmo considerando o posicionamento de Florestan Fernandes no I Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS), em 1954, quando defende o ensino de Sociologia na escola secundária para a “formação do indivíduo cidadão, capaz de compreender e atuar criticamente diante dos dilemas da moderna sociedade urbano-industrial” (COSTA, 2011, p. 41), a área de ensino nunca gozou de prestígio no âmbito das sociedades científicas (Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS, Associação Brasileira de Antropologia/ABA, Associação Brasileira de Ciência Política/ABCP, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ANPOCS).

No Brasil, mesmo o ensino tendo precedido a formação acadêmica na área de Ciências Sociais (SILVA, 2010), as idas e vindas da disciplina Sociologia na escola acabaram fragilizando a construção de cursos de Licenciatura (MORAES, 2003). Assim, não chega a surpreender que a área de Ciências Sociais apresentasse um crescimento e consolidação no âmbito acadêmico na graduação e, principalmente, na pós-graduação, em detrimento das discussões sobre metodologias, didáticas e conteúdos escolares. Destaca-se, ainda, que durante a década de 1980, principalmente após a Constituição Federal de 1988 e a promulgação de novos textos constitucionais em nível estadual, o ensino de Sociologia figura em currículos estaduais em todo o país (SANTOS, 2012).

Contudo, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.304) de 1996, ressurgem debates visando à efetivação do espaço curricular da Sociologia, tendo em vista as possibilidades abertas com a redação da Lei que previa conhecimentos de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio para o exercício da cidadania. O texto legal não previa a disciplina, mas

os seus conteúdos, fato similar ao verificado na redação da atual Lei n. 13.415/2017.

No contexto do final dos anos 1990, entidades sindicais, associativas e estudantis da área de Ciências Sociais se organizaram e se constituíram em atores políticos relevantes na chamada “campanha pela obrigatoriedade” (CARVALHO, 2015). É interessante observar como o ensino de Sociologia associa-se em grande medida às aspirações democráticas do período pós-Ditadura Militar nos anos 1980, recolocando-se com relativa força nas discussões educacionais no final dos anos 1990 e na primeira década do novo século (MEUCCI, 2015).

Depois de tramitação com sucesso nas esferas legislativas, a obrigatoriedade do ensino de Sociologia (e de Filosofia) no Ensino Médio foi vetada, em 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo que recebeu distinção da SBS em seu Congresso de 2009 no Rio de Janeiro³. Intui-se que nossa associação científica distinguiu a trajetória intelectual e acadêmica do ex-presidente de suas ações na esfera político-estatal. Como será discutido adiante, esta ação é significativa de uma concepção de atuação política que *essencializa* a dimensão acadêmica e a coloca acima das dimensões políticas e ideológicas.

Com a troca de Governo em nível federal em 2003, abriram-se novos horizontes para a retomada da campanha pela obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio⁴. Desse movimento, mais uma vez a partir de atores políticos que se mobilizaram nas esferas acadêmica, partidária e sindical, resultou o Parecer 38/2006 (CEB/CNE) que indicava a obrigatoriedade nas três séries do Ensino Médio das disciplinas de Sociologia e Filosofia.

Um ano depois, em 2007, no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (UFPE, Recife), promovido pela SBS, o GT “Ensino de Sociologia” foi bastante concorrido. Cumpre destacar a organização dessa discussão sobre ensino já em 2005, gênese da criação da Comissão de Ensino da SBS. Nessa linha, fato

³ Premiação recebida juntamente com Alice Rangel de Paiva Abreu, Leôncio Martins Rodrigues e Silke Weber. Para maiores informações, acessar o site da SBS, disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=117&Itemid=174>. Acesso em: 05 jul 2017.

⁴ Apesar de o foco recair sobre o currículo do Ensino Médio, há experiências significativas da oferta da disciplina de Sociologia no Ensino Fundamental. Sobre isso, ver Possamai, Kern e Rossato (2016).

importante foi a realização em 2009 (UFRJ, Rio de Janeiro) do I Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), nos dias que antecederam o Congresso da SBS. Contudo, seguia a norma que exigia a titulação mínima de Mestre(a) para a apresentação de trabalho no GT da SBS, remetendo ao ENESEB os(as) Licenciados(as) e Mestrandos(as).

Desde 2009, em sintonia com a visibilidade que a discussão sobre ensino de Sociologia ganhou a partir de 2006 e com a Lei da obrigatoriedade em 2008, a Comissão de Ensino da SBS vem realizando com periodicidade bianual o ENESEB. Assim, em 2011 o II ENESEB foi realizado nos dias que antecederam o Congresso da SBS em Curitiba. Vale destacar que o ENESEB foi realizado na PUCPR e o CBS na UFPR. Em 2013, o III ENESEB não foi realizado na véspera do CBS (UFBA, Salvador), mas em outro período na UFCE, Fortaleza. O IV ENESEB voltou a ser realizado um pouco antes do CBS de 2015 (UFRGS, Porto Alegre) na UNISINOS, em São Leopoldo/RS. Chegando a sua quinta edição, o ENESEB segue na véspera do CBS em 2017 (UnB, Brasília), fato apenas não verificado até aqui na 3ª edição em 2013.

Ao ressaltar o ENESEB como evento de referência da área de ensino de Sociologia, reconhece-se o papel da SBS e, em especial, de sua Comissão de Ensino. Mesmo com limites, pois percebe-se a continuidade de certa “invisibilidade”/“marginalidade” da discussão sobre ensino nesta entidade, se reconhece seu papel atuante quando estabelecemos como parâmetros as demais entidades científicas. Ressalta-se a discussão da ABA a partir de um segmento (Comissão) que discute educação (não propriamente ensino), ainda que com presença tímida no cenário da área.

Dessa forma, o debate sobre ensino e formação de professores(as) para atuar na educação básica tem ocorrido muito mais pela dedicação de alguns/algumas professores(as) pertencentes às entidades mencionadas, do que como política institucional relevante. Percebemos que o enfoque das associações científicas está na pesquisa e em produtos acadêmicos que oportunizam *status* no campo.

Certamente, a construção de um evento como o ENESEB é relevante, ainda que permaneça atrelado a metodologias tradicionais verificadas em eventos acadêmicos (conferências, palestras, apresentações de trabalho, publicações). Outro ponto que se presta ao debate é a relação do ENESEB

com o GT “Ensino de Sociologia” do CBS. Ainda que não exista uma previsão normativa, o GT tem se caracterizado a partir de 2015 como um espaço de compartilhamento de pesquisas que possuem como objeto o ensino de Sociologia na escola, deixando para o ENESEB a troca de experiências com sujeitos que circulam para além da tradicional pesquisa acadêmica (em especial, na pós-graduação *stricto sensu*). Então, parece ocorrer uma continuidade da distinção entre pesquisadores(as) e professores(as) no âmbito dos eventos da SBS.

Dado o caráter recente desses espaços, novas pesquisas devem ser realizadas. Por hora, nossa hipótese é construída por meio da experiência junto aos eventos da SBS desde 2007. Em certo sentido, o contexto pós-obrigatoriedade em 2008, via Lei federal que modifica a LDB/1996, passa a exigir novos arranjos associativos em nossa área. E esse *novo*, antes de qualquer modismo, não deve ser construído a partir de dicotomias e processos maniqueístas. Sustenta-se que há espaço de atuação para várias tendências e que o cenário político exige capacidade de trabalho coletivo.

Vivemos um cenário atual de fragilidade institucional e democrática em nosso país, e divisões apenas enfraquecem nossa possibilidade de afirmação da área de Ciências Sociais na Educação Básica. Ao reconhecer que a história do ensino de Sociologia no Brasil, uma vez interpretada, deve servir para a mobilização e o trabalho na fronteira entre as esferas acadêmicas e políticas, estabelecemos como plano de atuação esta interface que se assenta na essência política da educação (FREIRE, 2003). É a recuperação do legado de nosso ex-presidente da SBS, Florestan Fernandes, em sua “Sociologia crítica e militante”, em nível da *práxis* nas questões educacionais (FERNANDES, 1989).

Vale destacar que este cenário reformista atual já se anunciava durante o Governo Dilma, principalmente a partir de programas como o *Ensino Médio Inovador* e a fala da então candidata à reeleição na campanha eleitoral de 2014⁵. Assim como em outros momentos, a organização e atuação de entidades que promovem o trabalho coletivo torna-se necessidade premente na

⁵ Em entrevista a um jornal televisivo, no dia 22 de setembro de 2014, a presidenta-candidata afirmou que “o jovem do Ensino Médio não pode ficar com 12 matérias, incluindo nas 12 matérias Filosofia e Sociologia. Tenho nada contra Filosofia e Sociologia, mas um currículo com 12 matérias não atrai o jovem. Então, nós temos que primeiro ter uma reforma nos currículos”. Ver: <<https://oglobo.globo.com/brasil/reforma-de-curriculo-proposta-por-dilma-gera-polemica-nas-redes-sociais-14011499>>. Acesso em: 05 jul 2017.

defesa do espaço curricular da Sociologia. Contudo, o contexto histórico está demandando agilidade, conectividade e posição política. Por isso, a ABECS foi pensada e hoje é uma realidade.

3 A emergência da ABECS

Ao considerar o processo histórico do ensino de Sociologia no Brasil, percebe-se que vivemos momentos de alternados de expansão e retrocesso, caracterizando a intermitência curricular (MORAES, 2011). Nesse sentido, “esse histórico permite reconhecer parte da trama política e da articulação complexa de que a Sociologia escolar é fruto” (MEUCCI, 2015, p. 256), ensejando a necessidade de ações coordenadas em defesa da obrigatoriedade da disciplina e da formação de professores(as) com qualidade social (GADOTTI, 2013). Assim, com o entendimento de que uma entidade científica precisa assumir essas premissas, passamos a considerar o processo de criação da ABECS no cenário político e acadêmico brasileiro.

Tendo como base a sessão “histórico” presente do site da entidade⁶, apresentaremos uma breve reflexão com o interesse de apresentar a ABECS, compreendendo sua criação em determinado contexto histórico e a percebendo como parte da luta pelo reconhecimento da área de ensino de Sociologia.

Conforme discutido, a luta pela presença curricular da área de ciências sociais na Educação Básica aproximou pessoas. O cenário aberto pela LDB/1996 reorganizou a comunidade acadêmica, sindical e estudantil na defesa da obrigatoriedade do ensino de sociologia no Ensino Médio. Depois de intensa mobilização, vetos e retomada do debate a partir de 2003, a Lei 11.684 de 2 de junho de 2008, que modificou o artigo 36 da LDB/1996, a assim chamada “Lei da obrigatoriedade” encaminhou a questão e sinalizou para a introdução de carga horária das disciplinas de Sociologia e Filosofia nos três anos do ensino médio. A legalidade estava conquistada, mas o desafio da legitimidade estava colocado.

Mesmo com alguns avanços provenientes da luta de setores universitários no âmbito de entidades acadêmicas, como a SBS, os espaços de discussão e produção de conhecimento sobre didática, currículo e formação

⁶ O texto desta sessão foi produzido pelo autor em diálogo com membros da entidade. Disponível em: <<http://www.abecs.com.br/historico/>>. Acesso em: 06 jul 2017.

docente ainda se encontravam marginalizados na maioria de nossas universidades e em eventos acadêmicos científicos das áreas de Ciências Sociais e Educação.

Diante desse cenário, alguns/algumas professores(as), antigos(as) alunos(as) que haviam concluído sua graduação na Licenciatura em Ciências Sociais durante o contexto pós-Parecer 38/2006 do CNE e a Lei 11.684/2008, começam a chegar às escolas. Mesmo convivendo com muitas contradições dos sistemas de ensino, esses colegas passaram a demandar formação continuada e cursos de pós-graduação com ênfase na discussão sobre ensino escolar da área de Ciências Sociais.

Além disso, pressionaram por sua participação em eventos acadêmicos que, historicamente, em que pese sua importância, apenas acolhiam trabalhos de professores(as) e pesquisadores(as) com a titulação mínima de Mestre(a). Esse sentimento passou a ser compartilhado por professores(as) universitários(as) ligados(as) diretamente às Licenciaturas, potencializando a criação de espaços inovadores de debate e produção do conhecimento.

As tensões internas em associações acadêmicas não apontavam para uma solução que implicasse ampliação participativa e inclusiva. Era necessária a construção de um outro espaço acadêmico, político, cultural e profissional. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, uma saída de mobilização e organização dos(as) acadêmicos(as) e militantes da área de ensino de Ciências Sociais seria a comunicação via internet.

Desta discussão virtual, mas absolutamente real e embasada no cotidiano escolar e universitário, surgiu, em 2011, um manifesto pró-criação da Sociedade Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. O manifesto, desde o princípio buscando articular os saberes escolares e acadêmicos, não reproduzindo falsas hierarquias entre professores(as), pesquisadores(as) e estudantes, levou à criação de um grupo virtual com a participação de mais de 350 pessoas (com cerca de 80 delas bastante atuantes em trocas de mensagens diárias), no qual as bases da associação foram erigidas, inclusive o seu estatuto e nome.

Nesse sentido, foi construída uma lista virtual de discussão com professores(as) e estudantes de graduação e pós-graduação de todo o país. O momento histórico exigia uma nova organização científica, descentralizada,

atual e com foco específico nas questões que envolvem o ensino da área de Ciências Sociais em todos os seus níveis e, em especial, no Ensino Médio.

A partir da crescente adesão de colegas dos mais diferentes cantos do Brasil, foi construída a assembleia de fundação da nova entidade. O lugar foi definido no Colégio Pedro II, um dos primeiros estabelecimentos do país a ofertar Sociologia escolar. Assim, no dia 11 de maio de 2012, na unidade Humaitá do Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, foi fundada a ABECS. A nova entidade já nasce com a marca do colóquio, do espaço do contraditório e do respeito às diferentes opiniões.



Imagem 1: mesa da assembleia de fundação da ABECS (2012). Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em sua primeira assembleia foi discutido e aprovado o seu primeiro Estatuto e construída a primeira diretoria *pro tempore*⁷, que ficou responsável por organizar formalmente a entidade até o I Congresso Nacional que seria realizado em 2013.

Cumprindo as deliberações da assembleia de 11 de maio de 2012, foi realizado de 26 a 28 de abril de 2013, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), o I Congresso Nacional da ABECS⁸. Sintomático do compromisso da ABECS, este Congresso, a exemplo da assembleia de fundação, foi realizado

⁷ A nominata das direções da ABECS pode ser acessada em: <<http://www.abecs.com.br/institucional/direcao/>>. Acesso em: 05 jul 2017.

⁸ Para maiores informações, acessar: <<http://1abecscongresso.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 05 jul 2017.

em uma escola (Colégio de Aplicação da UFS). Cerca de 250 pessoas compareceram ao evento que democratizou espaços, enfrentou questões concretas da área e estimulou a construção do conhecimento partindo do “chão da escola”.

Na assembleia geral realizada durante o I Congresso Nacional, foi eleita a primeira diretoria efetiva da ABECS para o mandato 2013-2016. Certamente, uma entidade nacional não nasce pronta e são inúmeros os desafios para seu efetivo crescimento. Contudo, cientes de que a ABECS é um projeto coletivo fundamental para o desenvolvimento da área de ensino de Ciências Sociais, não podemos renunciar ao compromisso histórico de qualificar o ensino de Sociologia na Educação Básica, a Licenciatura no âmbito acadêmico e o próprio sistema de educação escolar brasileiro.



Imagem 2: mesa principal do I Congresso Nacional da ABECS (2013). Fonte: arquivo pessoal do autor.

Nesses tempos iniciais, os esforços do grupo de pessoas envolvidas com a nova entidade foram canalizados para sua constituição formal e manutenção de encontros regionais e nacionais para discussão e planejamento de ações. Nesse sentido, foi realizado Seminário e assembleia geral em dezembro de 2014 na cidade do Rio de Janeiro, assim como a construção do II Seminário Nacional no ano de 2016.

Este evento foi realizado de forma conjugada com outros dois eventos promovidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): VII Colóquio Internacional de Ciências Sociais e II Seminário Nacional de Educação em Ciências Sociais. Dessa junção resultou o Encontro Nacional de Ciências Sociais (ENCS) com o tema “O ensino de Ciências Sociais em tempos de exceção: desafios e perspectivas”.

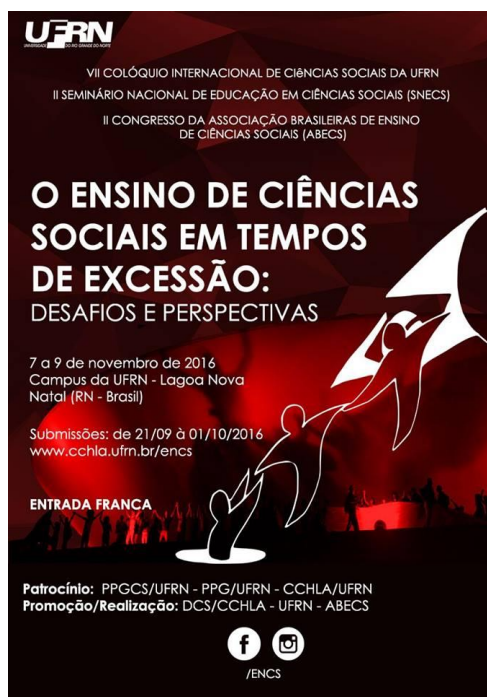


Imagem 3: Cartaz do II Congresso da ABECS (2016). Fonte: <http://www.cchla.ufrn.br/encs/>. Acesso em: 05 jul 2017.

A partir deste evento, que teve debates tanto na esfera acadêmica, de pós-graduação e pesquisa, como na esfera política, por meio da análise de conjuntura e em meio à ocupação da universidade em protesto às reformas propostas pelo Governo Federal, a ABECS elegeu nova diretoria e afirmou uma pauta em defesa do ensino de Sociologia no Ensino Médio e da educação pública de forma mais geral.

Dessa forma, a entidade vai consolidando um perfil de atuação na fronteira entre a produção acadêmico-científica e a militância política, não dicotomizando essas esferas, mas operando a partir de ações efetivas com a agilidade exigida, por exemplo, pela tramitação da Reforma do Ensino Médio proposta pelo Governo Temer.

A ABECS acompanhou esse processo e mobilizou amplos setores da comunidade escolar, universitária, estudantil e a esfera político-partidária⁹. Organizou abaixo-assinados, lançou manifestos e notas públicas, entrou em contato com parlamentares de diferentes estados da federação e tentou dialogar com outras entidades científicas da área de Ciências Sociais e Filosofia.

O cenário político se mostrou desfavorável e, mesmo diante desses mecanismos de pressão pública, não tivemos êxito em barrar a reforma que destituiu a nossa condição de disciplina obrigatória no Ensino Médio. A partir desse contexto, e considerando um cenário político nacional nebuloso e cambaleante, a ABECS reorganiza suas ações para o diálogo com Prefeituras, Secretarias e Conselhos Estaduais de Educação, bem como se associa a pautas como a contrariedade ao Projeto “Escola sem Partido”.

Apostando no diálogo e na perspectiva de agregar esforços em nossa área, divulgamos em nossos canais de comunicação¹⁰ eventos regionais e nacionais, publicações, concursos públicos, debates sobre a qualificação da formação inicial e continuada de docentes e qualquer iniciativa que comungue com os objetivos da ABECS de defesa da área de Ciências Sociais nos currículos escolares.

A entidade, por meio de sua atual gestão (2016-2018), trabalha com a perspectiva de freireana de compor com os diferentes para lutar contra os antagônicos (FREIRE, 2008). Dessa forma, entende seu incipiente lugar como ator político nacional, mas apresenta-se com disposição a ocupar um espaço político e acadêmico de relevância na luta pela manutenção e desenvolvimento do Ensino de Sociologia na Educação Básica, agregando colegas das áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

4 Considerações finais

O movimento de compreensão da história do ensino de Sociologia no Brasil produz o entendimento da importância de potencializarmos espaços de

⁹ Vide: <<http://www.psol50.org.br/blog/2016/12/13/presidente-do-psol-encaminha-a-camara-abaixo-assinado-em-defesa-de-sociologia-e-filosofia-no-ensino-medio/>>. Acesso em: 04 jul 2017.

¹⁰ Vale destacar a parceria firmada pela ABECS com o Blog e Revista *Café com Sociologia* (<http://cafecomsociologia.com/>), importante referência na área de ensino de Sociologia.

atuação acadêmica e política em defesa da área de Ciências Sociais na Educação Básica.

Com esse objetivo e fazendo parte de um contexto histórico específico, que exigia uma associação nacional com foco específico nesta pauta do ensino de Ciências Sociais, surge a ABECS como um espaço político, acadêmico e cultural.

A ABECS não se coloca em disputa com qualquer entidade sindical ou científica, mas busca agregar esforços para que a disciplina de Sociologia, representativa do campo acadêmico das Ciências Sociais, se legitime no contexto escolar, combatendo severamente retrocessos de exclusão curricular, como o verificado na atualidade.

Este trabalho procurou discutir alguns aspectos deste contexto de criação da ABECS, se constituindo como uma tentativa de registro, memória e visibilidade à luta empreendida pela nova associação. Há grandes desafios institucionais colocados à consolidação da ABECS, mas a nossa causa exige organização, persistência e capacidade de diálogo.

Referências

BARBOSA, A. A. Memória institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto, UFOP, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiografia-da-midia/memoria-institucional-possibilidade-de-construcao-de-significados-no-ambiente-organizacional>>. Acesso em: 05 jul 2017.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.

CARVALHO, L. M. X. C. Histórico da luta pela obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Brasil. In: CARVALHO, L. M. X. C. (Org.). **Sociologia no Ensino Médio**: desafios e perspectivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 23-72.

COSTA, D. V. A. Florestan Fernandes e o ensino de Sociologia na escola média brasileira. **Inter-Legere**, Natal, UFRN, n. 9, p. 40-60, jul/dez 2011.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Política e educação.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. **Congresso de Educação Básica (COEB):** qualidade na aprendizagem. Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf>. Acesso em: 05 jul 2017.

MEUCCI, S. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 51, n. 3, p. 251-260, set/dez 2015.

MORAES, A. C. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011.

_____. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, São Paulo, USP, vol.15 n.1, p. 5-20, abr. 2003.

POSSAMAI, A. D.; KERN, E. B.; ROSSATO, J. Sociologia no Ensino Fundamental: a implementação e experiências docentes da Rede Municipal de São Leopoldo/RS. **Revista Café com Sociologia**, vol.5, n. 1, p. 147-168, Jan./Abr. 2016.

SANTOS, M. B. Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de Sociologia: em busca do mapa comum. **Revista PerCursos**, Florianópolis, vol. 13, n. 01, p. 40 – 59, jan/jun. 2012.

SILVA, I. L. F. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A. C. (Org.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 15-44.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-46.